



## Assembleia Municipal de Sesimbra

### ATA DA 2ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 20 DE JANEIRO DE 2017

----- Aos vinte dias do mês de janeiro de 2017, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a 2ª reunião da sessão ordinária de 16 de dezembro de 2016 da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente. -----

----- Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: -----

----- Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz, Tiago José dos Santos Silva Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Abel João Francisco Valadão, Sérgio Fidalgo Carvalho e Ana Isabel Teixeira de Campos; -----

----- Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Joana Maria Braz de Oliveira Alarcão Bastos e Manuel Barros Cardoso; -----

----- Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP – José Manuel Lobo da Silva; -----

----- Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues; -----

----- Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra. -----

----- Verificou-se ainda a presença do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Ribeiro Antunes e da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida Cruz Narciso.

----- Comprovada a existência de quórum, vinte e uma presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal**, declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- O Deputado Pedro Miguel dos Santos Mesquita começou a participar nos trabalhos a partir da apreciação da Moção subordinada ao título: **“Pela igualdade de meios entre partidos políticos e movimentos independentes no processo eleitoral autárquico; pela alteração da Lei Eleitoral Autárquica”** no período do Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus começou igualmente a participar nos trabalhos a partir da apreciação da Moção subordinada ao título: **“Pela igualdade de meios entre partidos políticos e movimentos independentes no processo eleitoral**

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

**autárquico; pela alteração da Lei Eleitoral Autárquica”** no período do Período de Antes da Ordem do Dia.

----- O Deputado Eduardo Manuel Costa Amigo começou a participar nos trabalhos a partir da Apreciação da Atividade Municipal no Período da “Ordem do Dia”. -----

----- Verificou-se também a presença da Vice-Presidente, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Cláudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. -----

----- Informou em seguida que os Deputados Nuno Nabais, Helena Cordeiro e Maria José Borges informaram que não poderiam estar presentes, justificando as suas ausências, tendo sido substituídos pelos Deputados Abel Valadão, Sérgio Carvalho e Ana Campos respetivamente. -----

----- Informou que a Vice-Presidente estava prestes a chegar e que tinha dado indicações para que o Vereador Sérgio Marcelino representasse a CMS enquanto não fosse registada a sua chegada. A Presidente da AMS registou um pedido de desculpas a todos os colegas e público presente, bem como aos serviços e uma vez que se tratava da 1ª reunião do ano, desejou os votos de um bom ano profissional, em termos de saúde e pessoal. -----

----- Justificou a ausência do Presidente da Câmara que apesar da sua presença regular nos serviços da Câmara Municipal, havia sido aconselhado por recomendação médica a não participar nas Sessões da Assembleia Municipal. -----

----- Relembrou que se realizaria uma sessão ordinária no próximo dia 17 de fevereiro na qual constaria na Ordem de Trabalhos dois pedidos de empréstimos já apreciados pela Câmara Municipal, bem como outras matérias que entretanto viessem a justificar-se. -----

----- Realçou que esta se tratava de uma segunda reunião referente à Sessão ordinária realizada no dia 16 de dezembro de 2016 e que teria a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **6. Apreciação da Atividade Municipal;** -----

----- **7. Contrato de Concessão de Energia Elétrica em Baixa Tensão - Protocolo Celebrado entre o Município de Sesimbra e a EDP, Distribuição - Alteração ao Anexo;** -----

----- **8. Concessão da exploração e gestão, em regime de concessão de serviço público, de lugares e parques de estacionamento pago na via pública da Vila de Sesimbra – modificação objetiva – reposição do equilíbrio financeiro – prorrogação do prazo de vigência;** -----

----- **9. Projeto da 14.ª assembleia municipal de jovens / 10.º Concurso “As cores da Cidadania”;** ---

----- **10. Projeto da 2ª Edição “Promoção da Cidadania entre os Jovens /JOVEM ATIVO - SABER, AGIR PARA .... INTERVIR!”.** -----

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Antes de prosseguir com os trabalhos, a Presidente da AMS fez questão de registar com agrado a presença da colega de serviço, Natália Jesus após alguma ausência motivada por motivos de saúde. -----

----- A Presidente informou que relativamente ao PAOD, existiam 9 documentos inscritos e que de acordo com a experiência recente, este era um período bastante longo pelas discussões tidas ao longo dos diversos documentos e que tinha sido feita uma apreciação ao nível da Comissão de Líderes no sentido de se procurar uma contenção por parte dos Deputados de forma a cumprir o tempo descrito no Regimento.-----

----- A Presidente disse que daria início ao “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**” com dois Votos de Pesar, a Mário Soares e a Fidel Castro e que sabia de antemão da existência de posturas e posições divergentes relativamente a um dos Votos de Pesar, e em consideração à sensibilidade de cada um sobre esta matéria e sobre o respeito de cada um sobre a pessoa em causa, havia sido acordado que estes Votos de Pesar fossem abordados em dois momentos: com a leitura do documento e voto de silêncio a Mário Soares com respetivas Declarações de Voto e em seguida o Voto de Pesar a Fidel Castro e minuto de silêncio com Declarações de Voto. Foi reservado aos Deputados que não estivessem de acordo, terem a atitude que achassem por bem dever fazer. -----

----- Tomou o uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira**, que cumprimentou todos os presentes, em especial a funcionária Natália Jesus e seguidamente fez a leitura do Voto de Pesar a Mário Soares, que a seguir se transcreve: -----

----- “**MÁRIO SOARES**-----

----- *Mário Alberto Nobre Lopes Soares é uma figura ímpar e inesquecível da História de Portugal, um combatente antifascista e um democrata convicto.* -----

----- *Com o falecimento de Mário Soares, desaparece um dos maiores nomes da Democracia Portuguesa, Homem do 25 de Abril, que ocupou os mais altos cargos da República Portuguesa.* -----

----- *Antes e depois do 25 de Abril, na resistência à ditadura e a todas as formas de totalitarismo, e até ao fim da sua vida, Mário Soares foi sempre um incansável combatente pela Liberdade e pela Democracia e uma reconhecida personalidade dentro e fora do nosso país.* -----

----- *Fundador e militante nº. 1 do Partido Socialista, é com certeza para o seu partido uma perda irremediável. Histórico líder, foi sempre a figura referencial do Partido, tendo sido seu secretário-geral até 1985, quando decide candidatar-se à Presidência da República, o zénite da sua extensa intervenção, iniciada ainda na década de 40 do século passado.* -----

----- *Das candidaturas presidenciais de Norton de Matos e Humberto Delgado, onde foi figura ativa, à*

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*defesa de presos políticos nos tristemente célebres tribunais plenários e nas mais diversas modalidades da oposição democrática, Mário Soares foi sempre um adversário temido e temível pelo salazarismo e marcelismo, o que lhe custou a prisão, a deportação para São Tomé e, mais tarde, o exílio em França, entre 1970 e Abril de 1974. -----*

*----- Logo depois do 25 de Abril, embarcou no primeiro comboio com destino a Lisboa, que ficou conhecido como o Comboio da Liberdade, que chegou à capital portuguesa no dia 28 de Abril, sendo um dos primeiros exilados políticos a regressar a Portugal, na sequência da conquista da Liberdade. -----*

*----- Ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório, Mário Soares protagonizou ao longo do período revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril várias batalhas contra todas as tentativas que pusessem em causa a Liberdade, a sua maior bandeira, constituindo-se, novamente, no maior garante da Democracia recém-adquirida, peça essencial no seu reconhecimento internacional.-----*

*----- Levou o Partido Socialista a grandes vitórias nas eleições para a Assembleia Constituinte e, depois da aprovação da Constituição, em Abril, nas primeiras eleições legislativas, em 1976. Mário Soares viria a ser o primeiro-ministro dos dois primeiros Governos constitucionais e voltaria a sê-lo no IX Governo, entre 1983 e 1985. -----*

*----- É a Mário Soares que se deve também a entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia (atual União Europeia). Foi dele o impulso para o pedido de adesão de Portugal à CEE, formalizado em 1977, e viria a ser ele a assinar a adesão no dia 12 de Julho de 1985, numa cerimónia no Mosteiro dos Jerónimos. -----*

*----- Em 1986, foi eleito Presidente da República, o primeiro civil a ser eleito depois do 25 de Abril. Numas das mais disputadas eleições presidenciais da nossa democracia, sob um clima político de grande antagonismo, Mário Soares anunciaria na noite da vitória a extinção da maioria que o elegeu, fazendo dos seus dois mandatos um exercício correspondente ao lema que enunciou na tomada de posse: “Servir Portugal, unir os portugueses”. A sua atuação presidencial valeu-lhe dos mais altos índices de popularidade e reconhecimento. O seu exercício do cargo, a leitura que fez dos poderes presidenciais e daquilo que designou como “magistratura de influência”, marcaria profundamente a forma como os portugueses passaram a olhar para a Presidência da República. -----*

*----- Foi ainda eleito deputado do Parlamento Europeu, em 1999. E, com 80 anos, Mário Soares voltaria a ser candidato à Presidência da República, em 2005, não tendo neste caso conseguido a eleição. Contudo, manteve uma permanente atenção e reflexão sobre a política portuguesa e mundial, traduzida em tomadas de posição que lhe valeram ainda em 2013 ser considerado pela Associação da Imprensa*

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*Estrangeira radicada no nosso país a personalidade do ano em Portugal.* -----  
----- *À sua família, bem como ao Partido Socialista, a Assembleia Municipal de Sesimbra, apresenta os mais sentidos votos de pesar.*-----  
----- **Submetido a votação, sob proposta da Comissão de Líderes, o Voto de Pesar ao Dr. Mário Soares foi aprovado por unanimidade e foi ainda guardado um minuto de silêncio em sua memória.**---  
----- O **Deputado Rui João Rodrigues** prestou a seguinte Declaração de Voto em nome pessoal:-----  
----- *“Eu votei a favor do Voto de Pesar em relação ao Dr. Mário Soares numa questão de solidariedade com a figura humana que ele foi, solidariedade com o Partido Socialista e com a família do Dr. Mário Soares. No entanto, quero exprimir que não me revejo minimamente nas políticas exercidas pelo Dr. Mário Soares enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros nem enquanto 1º Ministro, daí esta minha pequena Declaração de Voto. Não me revejo nas iniciativas nem nas políticas desempenhadas pelo mesmo ao longo do processo democrático.”*-----  
----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Alain Monteiro** que fez a leitura do Voto de Pesar pelo Falecimento de Fidel Castro, que a seguir se transcreve:-----  
----- *“FIDEL CASTRO*-----  
----- *No passado dia 25 de novembro, faleceu aos 90 anos de idade, Fidel Castro, histórico dirigente da revolução cubana, que exerceu funções como Primeiro-ministro, Presidente do Conselho de Estado e de Ministros da República de Cuba até 2008, tendo igualmente exercido funções como Primeiro Secretário do Partido Comunista de Cuba até 2011.*-----  
----- *Fidel Castro consagrou a sua vida aos ideais do progresso social e da paz, dirigindo a luta que pôs fim à ditadura de Fulgêncio Batista em Cuba, em 1959, e mobilizando o povo cubano na construção de uma sociedade socialista, tendo enfrentado, desde 1962, o bloqueio económico, financeiro e comercial imposto pelos EUA ao seu país. Enquanto dirigente e estadista, tornou-se uma referência incontornável para os povos da América Latina e outros povos do mundo, sendo uma das personalidades marcantes da história das últimas décadas.*-----  
----- *Fidel Castro foi uma personalidade cuja dimensão foi universalmente reconhecida pelos que partilham do seu ideal e projeto de construção de uma sociedade mais justa e solidária, mas também pelos mais diversos estadistas e dirigentes ao nível mundial.*-----  
----- *Foi também um amigo do povo português, tendo-se empenhado no desenvolvimento das relações de cooperação e amizade entre Cuba e Portugal. A sua participação na Cimeira Ibero-americana realizada no Porto em 1998 foi uma expressão significativa dos laços de amizade e solidariedade que mantinha com*

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*o povo português.* -----  
----- *De Fidel Castro, respeitosamente chamado pelo povo cubano de “El Comandante”, ficará na memória a sua força e determinação, espírito de sacrifício e solidariedade para com o seu povo, e a frase de Che, que tantas vezes repetiu: “Asta lá vitória, siempre”!* -----

----- *Assim, a Assembleia Municipal, reunida em plenário, expressa ao povo cubano e às instituições da República de Cuba o seu pesar pelo falecimento de Fidel Castro e pelo momento de luto que atravessam, reafirmando as ligações de amizade que unem os dois povos dos dois lados do Atlântico.”* -----

----- **Submetido a votação, sob proposta do Grupo Municipal da CDU, o Voto de pesar sobre o Falecimento de Fidel Castro foi aprovado por maioria, com 12 votos a favor (11 CDU + 1 BE), 5 abstenções do PS e 3 votos contra (1 PSD/CDS-PP e 2 MSU). Foi ainda guardado um minuto de silêncio em sua memória.** -----

----- **O Deputado Lobo da Silva** prestou a seguinte Declaração de Voto:-----  
----- *“Não desejo nem festejo a morte de ninguém. Mas não compactuo numa tentativa de reescrever a história e de fazer mártir e democrata um qualquer tirano, qualquer que seja o tirano.”* -----

----- **O Deputado Manuel José Pereira**, do Grupo Municipal do PS prestou a seguinte Declaração de Voto:-- -----  
----- *“Trata-se de uma figura de projeção internacional mas sem qualquer ligação que justifique que a AM de Sesimbra, como aliás outros órgãos locais, se pronunciem, até pela controvérsia em redor da sua ação política. Se teve os seus méritos na luta de libertação contra a ditadura e contra o imperialismo, não deixou depois de impor um modelo ditatorial de graves consequências para o povo cubano, em que o PS, obviamente, não se revê.”*-----

----- *Tendo os órgãos próprios da República prestado já a homenagem devida em nome de Portugal, o Grupo Municipal do PS abstém-se na presente proposta de Pesar.”* -----

----- **O Deputado Miguel Ribeiro**, do Grupo Municipal do MSU prestou a seguinte Declaração de Voto:  
----- *“Apesar de não termos afirmado se nos abstinhamos ou se votávamos contra, não somos a favor deste Voto de Pesar só por uma questão de o estarmos a fazer por uma pessoa que tem pouco a ver com Portugal, apesar de aquilo que foi dito ao nível do texto, e por entender que qualquer forma de ditadura, repressão e violação dos direitos humanos, nomeadamente a liberdade de expressão, não mereceria uma posição favorável da parte do Grupo Municipal do MSU.”* -----

----- A Presidente da AMS questionou os Líderes de Bancada dos Grupos Municipais do PSD/CDS-PP e do PS se dispensavam a leitura dos documentos seguintes referente à Saudação a Jorge Moreira da Silva,

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

o Voto de Congratulação a António Guterres e a Saudação da Negociação das quotas de pesca para 2017, ao que ao Deputados responderam afirmativamente. -----

----- **Submetida a votação, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria com 8 votos a favor (5 PS+1 PSD/CDS-PP+2 MSU), 1 voto contra do BE e 12 abstenções da CDU a seguinte Saudação subordinada ao título “Jorge Moreira da Silva - Mais um Português numa Organização Internacional”:** -----

----- *“Já tínhamos assistido á eleição por unanimidade e aclamação de António Guterres para Secretário-geral das Nações Unidas e muito bem.* -----

----- *Agora foi a vez do ex-ministro do Ambiente de Portugal Jorge Moreira da Silva, a ser nomeado diretor-geral da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).* -----

----- *Apesar de a candidatura do Português ao cargo da OCDE ter sido individual, contou com o apoio do ministro do atual Ministro dos Negócios Estrangeiros e com as diligências do embaixador Paulo Vizeu Pinheiro, representante de Portugal na organização.* -----

----- *O cargo de diretor-geral de Desenvolvimento e Cooperação é o nível de direção mais elevado da OCDE e reporta diretamente ao secretário-geral da organização.* -----

----- *Jorge Moreira da Silva irá estar ligado nas políticas de desenvolvimento e cooperação, proteção ambiental e combate à pobreza.* -----

----- *Esta nomeação é mais uma prova da qualidade dos portugueses" e "motivo de júbilo" para Portugal.* -----

----- *Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra saúda a nomeação do Português Jorge Moreira da Silva e deseja as maiores felicidades para o cargo que vai desempenhar.”*-----

----- **A Primeira Secretária da Mesa e Deputada do Grupo Municipal da CDU, Carmen Cruz** prestou a seguinte Declaração de Voto: -----

----- *“Desejo que a passagem deste representante e Portugal por esta Instituição na OCDE seja mais prestigiante do que as de outros membros anteriores como por exemplo quando Durão Barroso também passou por uma Instituição Internacional Europeia. São esses os meus votos, além de que tenho as reservas de que me são próprias nomeadamente após as notícias que ainda hoje nos chegaram relativamente a posições da OCDE quanto ao trabalho em Portugal. Portanto, faço votos para que a representação deste português seja um ponto positivo dentro da OCDE.”* -----

----- **A Presidente da AMS** prosseguiu os trabalhos, tendo sido **aprovado por unanimidade, o seguinte Voto de Congratulação com o título “António Guterres eleito novo Secretário-Geral da ONU”:** -----

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- *“No passado dia 05 de outubro de 2016, o cidadão António Guterres venceu a última votação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Nova Iorque, para eleição do próximo secretário-geral daquela organização, tendo a cerimónia de tomada de posse ocorrido em 12 de dezembro último, com a presença do Presidente da República e do Primeiro-ministro de Portugal, prestando juramento sobre a Carta das Nações Unidas.* -----

----- *No dia seguinte, num processo sem precedentes, o nome de António Guterres foi recomendado "por aclamação" para ser eleito secretário-geral da Organização das Nações Unidas pela AG, com um procedimento de seleção dos mais mediáticos de sempre, em que a ONU tentou trazer transparência a todo o processo, com audiências públicas, entrevistas e debates, o resultado não poderia ser melhor.* ----

----- *A decisão dos 15 países do Conselho de Segurança das Nações Unidas foi um momento histórico de rara demonstração de união, um sinal de apoio inequívoco em torno de um homem humilde, humano e trabalhador, António Guterres.* -----

----- *Num cenário difícil, um candidato oriundo de um país com pouco relevo externo, mas de grandes feitos registados na história da humanidade, esta foi sem dúvida uma vitória pessoal, mas também uma vitória coletiva, alicerçada no empenho da diplomacia portuguesa e de várias instituições públicas, bem como das diversas personalidades de todos os quadrantes político-partidários.* -----

----- *Dos candidatos conhecidos, era reconhecido a António Guterres um conjunto de inegáveis qualidades, detentor de enorme persistência e coragem, aliadas a uma vasta experiência internacional, em grande medida pelos diversos cargos que desempenhou em distintos contextos, mas em particular, como Alto-comissário para os Refugiados, em momentos dramáticos, no apoio e acompanhamento que prestou às populações em perigo nos diferentes cenários de guerra e perante diversas crises humanitárias, onde a cada instante tomou decisões complexas e de risco.* -----

----- *António Guterres é de forma humilde, apenas um português que chegou merecidamente ao mais alto cargo diplomático internacional, não sendo um cargo do poder executivo, é reconhecidamente uma função de grande influência nas relações internacionais.* -----

----- *A sua capacidade de entrega aos outros, a defesa intransigente de causas solidárias, a sua vocação, a capacidade de inspirar os outros deve encher-nos de enorme orgulho, um verdadeiro cidadão do mundo, que muito prestigiará certamente Portugal e a ONU no exercício das suas novas funções.* ----

----- *A sua humildade, aliada à sua inteligência e sentido de justiça são importantes para um bom desempenho de António Guterres no cargo de secretário-geral da ONU na defesa dos mais desprotegidos e pobres, um defensor da paz num mundo com permanentes zonas de conflito.* -----

Ata nº35 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Por outro lado, a eleição do novo secretário-geral das Nações Unidas não só é um momento de afirmação de Portugal, mas também da Europa e de toda a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, na certeza de que personifica a imagem de um interlocutor privilegiado e bem preparado para enfrentar a complexidade dos problemas do mundo. -----

----- Por todo o exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 20 de janeiro de 2017, congratula-se com a recomendação de António Guterres pelo Conselho de Segurança e posterior eleição pelos 193 membros da AG para secretário-geral das Nações Unidas, felicitando-o e fazendo votos de sucesso no desempenho das suas novas funções.” -----

----- Os trabalhos prosseguiram e a Presidente da AMS disse que tinha sido apresentada uma Saudação por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista, com contributos dos Grupos políticos do MSU e CDU. -----

----- Submetida a votação, Assembleia Municipal **aprovou por unanimidade a seguinte Saudação subordinada ao título “Negociação das quotas de pesca para 2017”:** -----

----- “O setor das pescas é uma das atividades de maior importância no Concelho de Sesimbra. Deste setor depende a sustentabilidade económica e social de elevado número de famílias, estejam elas ligadas diretamente às atividades de captura, comércio e transformação de pescado ou através de atividades conexas, mas de elevada relevância nas três Freguesias do Concelho, como é o caso do turismo e da restauração. -----

----- Apesar do reconhecimento da relevância local deste setor de atividade, é sabido que uma parte significativa das decisões estratégicas que o orientam se estabelece ao nível da Comissão Europeia, tendo como base a Política Comum de Pescas. Este é o caso da definição do nível de esforço de pesca de cada país membro e da fixação das quotas de captura das mais importantes espécies de pescado. -----

----- Nesse sentido, a defesa dos interesses nacionais e locais do setor junto das instituições europeias é de extrema importância, por forma a garantir a sustentabilidade económica e social das comunidades piscatórias, como é o caso de Sesimbra. Essa defesa apenas é possível com base numa sólida preparação e sustentação das posições assumidas pelos nossos representantes governamentais e num forte compromisso com os pescadores e armadores, que ao longo de anos se têm sujeitado a vários sacrifícios e restrições. -----

----- Foi nesse contexto que o Governo garantiu um aumento de 11% do conjunto das quotas de pesca para Portugal, na reunião do Conselho Europeu que decorreu a 12 e 13 de Dezembro último, em Bruxelas.

----- Como resultado dessa reunião, foi atingido um novo limite máximo de cerca de 121 mil toneladas

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*de capturas de pescado, um nível que ultrapassa mesmo os valores de 2005, quando se haviam conseguido quotas num montante recorde de 116 mil toneladas.*-----

*----- Em termos de espécies, destaca-se o importante aumento das quotas de pesca de alguns peixes, como o tamboril com mais 54%, o aumento de 10% nas raias, de 5% no lagostim e sobretudo o atum rabilho com mais 20%.*-----

*----- Outros aumentos relevantes de quota de pesca foram para a sarda que aumenta 14% e o verdinho, que aumenta cerca de 80%. Foi dada ainda possibilidade de pesca da raia curva, cuja reabertura foi conseguida no ano passado, com um aumento em 20%, ou sejam 14 toneladas.*-----

*----- Foi ainda conseguido que a quota de pescada apenas seja reduzida em 5%, em vez dos 34% que eram inicialmente propostos pela Comissão Europeia, e muito acima das capturas médias nacionais do último triénio.*-----

*----- Refira-se que, em termos de valores médios de primeira venda, o aumento de quotas de pesca agora obtidos representarão, se forem integralmente utilizadas pelo nosso setor das pescas, um aumento de cerca de 11 milhões de Euros face ao ano passado, atingindo um valor global de cerca de 182 milhões de Euros.*-----

*----- Ainda que se mantenham as preocupações quanto ao futuro das pescas, atendendo aos resultados alcançados nas negociações das quotas de pesca e às consequências positivas que os mesmos irão representar para o nosso Concelho, vem a Assembleia Municipal apresentar o seu reconhecimento pelo desempenho dos representantes governamentais e de todos os intervenientes, nomeadamente, pescadores e armadores, bem como restantes entidades do sector que ao longo do processo trabalham por uma maior aproximação às necessidades económicas, sociais e ambientais das pescas.”*-----

*----- O Deputado Alain Monteiro, apresentou a seguinte Declaração de Voto em nome da CDU:-----*

*----- “O Grupo Municipal da CDU vai votar favoravelmente esta Saudação. Consideramos de facto que é um pequeno avanço face a tudo aquilo que foi destruído em termos de pescas nacionais. Esperamos que este Governo, durante os próximos anos, uma vez que ainda só está em função há um ano, consiga ter uma atitude capaz de proteger e conseguir ainda mais benefícios para o setor das pescas.”*-----

*----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que apresentou a seguinte Declaração de Voto:-*

*----- “O Grupo Municipal do PSD vai votar favoravelmente este documento mas que quero deixar claro que se hoje tinha sido possível um aumento do número de quotas, também não era menos verdade que houve um aumento e um trabalho bastante produtivo do anterior Governo relativamente a esta matéria.”*

*----- Prossequindo os trabalhos a **Presidente da AMS** apresentou a Moção com o título “**Pelo direito***

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

**da população do concelho de Sesimbra ao transporte público e à mobilidade”** e referiu que já tinha sido apresentada numa outra sessão, com a posterior necessidade de baixar à Comissão de Líderes, tendo sido, no mesmo contexto, solicitada uma reunião ao representante da Junta Metropolitana de Lisboa, uma vez que se tratava de uma questão que a própria Assembleia já havia deliberado no sentido da gestão dos transportes:-----

----- *“O passe Social Intermodal foi uma conquista de grande relevância social no Portugal do pós 25 de Abril. -----*

----- *O seu efeito sentiu-se no enorme impacto na mobilidade alargada da população, melhorando o acesso aos transportes públicos e moderando os preços praticados. -----*

----- *Contudo, temos assistido desde largos anos a esta data, que não foram tomadas as medidas adequadas à valorização do Passe Social, bem como a aumentos desproporcionais do seu custo face ao Salário Mínimo Nacional, bem como de uma expansão urbana que não foi acompanhada pela adequação quer da rede de transportes, quer da cobertura do passe social. -----*

----- *O sistema de bilhética da Área Metropolitana de Lisboa (AML) é hoje extremamente complexo, fruto de uma política que apostou na multiplicação de títulos (há mais de 2000 tipos de bilhetes e passes na AML) ao mesmo tempo que reduziu a oferta – horários e percursos - como condição para a contenção de preços, ao invés de privilegiar a intermodalidade e a atratividade do sistema. -----*

----- *O enfraquecimento do Passe Social Intermodal e da oferta dos transportes públicos é lesivo dos interesses das populações, dos concelhos e do país. -----*

----- *Uma oferta dispendiosa, deficitária e dominada pelos operadores privados (onde a oferta ainda é mais reduzida e a preços ainda mais elevados), constitui um estímulo ao transporte individual, com todas as consequências daqui decorrentes, nomeadamente ambientais. Situação que, por outro lado, é um fator de exclusão social de largas camadas da população que não podem recorrer ao transporte individual (idosos, trabalhadores precários, desempregados, crianças e jovens, etc.). -----*

----- *Os custos para os utentes com os transportes públicos são demasiado elevados, e sofreram um agravamento brutal nos últimos anos. Para ficarmos com uma ideia, são mais caros na Área Metropolitana de Lisboa do que na de Berlim, apesar da grande diferença para o salário mínimo alemão. -----*

----- *A agravar esta situação, acresce o facto dos utentes do concelho de Sesimbra, não serem abrangidos pelo passe social intermodal mesmo como este se constitui atualmente. Acresce a esta grave situação que a ligação de Lisboa por via-férrea efetuada pela Fertagus, não se encontra abrangida pelo Passe Social Intermodal. -----*

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- *Uma política de transportes coerente, terá de ter em conta um número cada vez mais alargado de utentes. É necessário, pois, garantir um aumento direto da oferta, mas também que os utentes podem utilizar plenamente essa oferta, promovendo a mobilidade através do Passe Social Intermodal e da unificação do sistema de bilhética.*-----

----- *Há que tomar medidas urgentes que contrariem o ciclo vicioso constituído pelo aumento do preço e degradação do serviço, que resulta invariavelmente em nova perda de utentes e conseqüente aumento de custo e degradação do serviço.*-----

----- *Os transportes públicos têm que ser atrativos e com preços que estimulem a sua utilização em detrimento do uso do transporte individual.*-----

----- *Uma das questões centrais para o desenvolvimento de um verdadeiro sistema de transportes na AML é que o tarifário assente na plena intermodalidade do mesmo, integrando todos os operadores, modos de transporte e respetivos serviços no sistema.*-----

----- *Neste sentido, pretende-se, garantir que, com um mesmo passe intermodal ou um mesmo bilhete, se possa circular por toda a AML, adequando assim o passe intermodal social à realidade urbana atual, promovendo a atratividade do transporte Público e o crescimento dos utentes, com ganhos evidentes para os próprios e para a sociedade.*-----

----- *Vários cálculos permitem demonstrar que essa opção fica mais barata também ao próprio Estado, pois o que se perde em receita para as empresas (ao reduzir os preços dos transportes públicos) compensa-se com o aumento do número de utentes, com a redução de importações de combustível e de automóveis, com a melhoria do ambiente e do ordenamento, com a redução dos custos com a saúde pública.*-----

----- **Assim, considerando:**-----

----- *- A importância para a promoção do transporte público refletida nas legislativas em curso na Assembleia da República, para a criação de um Passe Social Intermodal que abranja toda a Área Metropolitana de Lisboa, e que junte todos os operadores e todas as carreiras, assegurando a plena cobertura de todos os concelhos desta área (Sesimbra incluída), pelo Passe Social Intermodal,*-----

----- *Os eleitos na Assembleia Municipal de Sesimbra*-----

----- *a) - Afirmam o seu interesse e disponibilidade para aprofundar o tema da melhoria da rede e oferta de transportes públicos no concelho. Recomendam à Câmara Municipal de Sesimbra que promova o debate e a iniciativa pública relativa a esta temática no Concelho;*-----

----- *b) - Manifestam o apoio a esta iniciativa pelas enormes vantagens que tem para a mobilidade a*

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

*existência de um Passe Social Intermodal que cubra todos os operadores, todas as carreiras, toda a Área Metropolitana de Lisboa.* -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que disse que a Câmara entendera propor a esta Assembleia delegar a competência destas matérias à Área Metropolitana de Lisboa, que terá a capacidade de fazer e instalar coisas melhores e disse que não faria muito sentido que todos os municípios tentassem aprovar Moções nesse sentido. Disse que o Grupo Municipal do PS concordava com o teor do conteúdo e que não seria por essa razão que deixaria de votar favoravelmente. -----

----- **Submetida a votação, a Moção com o título “Pelo direito da população do concelho de Sesimbra ao transporte público e à mobilidade” foi aprovada por unanimidade.** -----

----- De seguida, a **Presidente da AMS** deu início à discussão do documento seguinte, a Moção subordinada ao título: **“Pela igualdade de meios entre partidos políticos e movimentos independentes no processo eleitoral autárquico; pela alteração da Lei Eleitoral Autárquica.”** -----

----- Referiu que este documento fora apresentado pelo Grupo Municipal do MSU e que já havia estado presente numa reunião da Assembleia mas que devido ao surgimento de algumas dúvidas relativamente ao enquadramento legal diferenciador para Partidos e para Movimentos, a mesma Moção baixara à Comissão de Líderes, onde havia sido feita a apreciação resultante em trocas de posturas não tendo sido possível chegar a um consenso final. Neste sentido, o documento foi retomado para deliberação desta Assembleia:-----

----- **“MOÇÃO**-----

----- *“Pela igualdade de meios entre partidos políticos e movimentos independentes no processo eleitoral autárquico; pela alteração da Lei Eleitoral Autárquica”* -----

----- *A Lei Eleitoral Autárquica, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto, e com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 20-A/2001, de 12 de Outubro, Leis Orgânicas n.º 5-A/2001, de 26 de Novembro; n.º 3/2005, de 29 de Agosto; n.º 3/2010, de 15 de Dezembro; e n.º 1/2011, de 30 de Novembro, regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais.*-----

----- *De acordo com a referida Lei Eleitoral, as listas para a eleição dos órgãos das autarquias locais podem ser apresentadas por Partidos políticos, Coligações de partidos políticos constituídas para fins eleitorais e Grupos de cidadãos eleitores.*-----

----- *Ora, se a lei confere a mesma legitimidade aos referidos movimentos políticos na apresentação de candidaturas a eleições autárquicas, quer tenham a natureza de Partidos Políticos ou de Movimentos de Cidadãos, deve ser assegurada a todos eles uma igualdade de meios no processo eleitoral.*-----

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- *Contudo, não é isso que se verifica ao nível da Lei Eleitoral Autárquica e restante legislação que regula esta matéria, continuando a existir uma desigualdade no tratamento dos Movimentos de Cidadãos face aos Partidos Políticos, nomeadamente: -----*

----- *- Ao nível do financiamento estatal, na medida em que os movimentos independentes não têm direito a financiamento estatal pré-eleitoral, sendo que os partidos não só têm direito ao adiantamento de verbas antes das eleições, que lhes confere meios financeiros para as campanhas eleitorais, como recebem subvenções após as eleições. -----*

----- *- A nível fiscal, pois enquanto os partidos estão isentos do pagamento de IVA e de outros impostos, os Movimentos Independentes, não beneficiam de qualquer tipo de isenção em matéria tributária; -----*

----- *- Em termos de listas de candidatos, enquanto cada partido apenas necessita de apresentar a sua lista no tribunal da comarca competente, os Movimentos Independentes têm de recolher um número (excessivo) de assinaturas, processo que se afigura demorado, e que por esse motivo obriga que as listas estejam fechadas com meses de antecedência, e são obrigados ao cumprimento de um conjunto de formalismos sempre que ocorra alteração nas listas; -----*

----- *- Ao nível da identificação no Boletim de Voto, enquanto cada partido tem o direito de usar um logotipo que o identifica e o distingue em relação aos demais partidos, os Movimentos Independentes não podem por norma usar um logotipo impresso, sendo identificados através de um número romano, o que cria uma evidente desigualdade na identificação e pode confundir os eleitores na altura de decidir em quem votar. -----*

----- *Do supra exposto resulta, sem margem para dúvidas, um tratamento discriminatório entre movimentos políticos de índole partidária e aqueles que possuem uma natureza não partidária, o que se figura intolerável numa democracia participativa como a nossa, na perspetiva da participação ativa e organizada dos cidadãos na vida política local autárquica. -----*

----- *Atento o exposto, e CONSIDERANDO QUE: -----*

----- *A) Se afigura necessário que a Lei Eleitoral Autárquica confira uma igualdade de meios a Partidos Políticos e a Movimentos de Cidadãos durante todo o processo eleitoral, em questões essenciais como o financiamento pré-eleitoral, o regime fiscal aplicável, a representatividade, a elaboração das listas de candidatos e a identificação no boletim de voto; -----*

----- *B) Se justifica o ajustamento e adequação da Lei Eleitoral Autárquica à nova realidade política nacional, caracterizada pela crescente importância e uma cada vez maior representatividade política*

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

autárquica dos Movimentos de Cidadãos; -----  
----- C) Os Movimentos de Cidadãos podem contribuir para um reforço da participação política e cívica dos cidadãos, mormente aqueles que não se identificam com nenhum dos partidos proponentes; -----  
----- A Assembleia Municipal, reunida em plenário no dia 20 de Janeiro de 2017, delibera: -----  
----- Solicitar ao Governo e às restantes forças políticas que proponham à Assembleia da República a revisão da Lei Eleitoral Autárquica, de modo a que este diploma passe a conferir aos movimentos independentes uma maior igualdade de meios em relação aos partidos políticos, em matéria de candidatura e eleição dos órgãos das autarquias locais. -----  
----- Dar conhecimento desta Moção: -----  
----- Ao Sr. Presidente da República; -----  
----- Ao Sr. Presidente da Assembleia da República; -----  
----- Ao Sr. Primeiro-Ministro; -----  
----- Ao Sr. Ministro da Administração Interna; -----  
----- Ao Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais; -----  
----- Aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República; -----  
----- À Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; -----  
----- À Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação; -----  
----- À Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local; -----  
----- À AMAI (Associação Nacional dos Movimentos Autárquicos Independentes) -----  
----- À Junta Metropolitana de Lisboa; -----  
----- À Câmara Municipal de Sesimbra; -----  
----- Às Assembleias e Juntas de Freguesia do Município de Sesimbra; -----  
----- À Comunicação Social Local e Regional.” -----  
----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que referiu que o texto apresentado numa assembleia anterior tinha sido alvo de algumas alterações tendo em conta contributos feitos nomeadamente pela bancada do Partido Socialista e que tinha sido feita uma discussão ao nível da Comissão de Líderes envolvendo também a Comissão “2”, de Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território e a Comissão “3”, Sociocultural e Segurança dos Cidadãos. Disse que houvera opiniões um pouco divergentes não se tendo chegado a nenhum consenso e apelou ao bom senso de todas as Bancadas explicando que o que estava em causa era a luta pela igualdade dos meios de acesso às eleições autárquicas devendo a Lei eleitoral ser revista no sentido de conceder aos Movimentos

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Independentes uma igualdade de meios e oportunidades no acesso a determinados meios que atualmente não existiam. -----

----- O Deputado referiu ainda que tinha sido levantada a questão de que a Assembleia Municipal não seria o local adequado para se proceder a esta discussão mas disse que o próprio considerava ser o local certo pois muitas vezes eram discutidos assuntos que pouco tinham a ver com a realidade local e esta questão tinha reflexos nas realidades locais de todos os municípios e era do conhecimento de todos que os Movimentos independentes tinham cada vez mais um protagonismo maior, motivo pelo qual se pretendia a igualdade de meios. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que disse que o Grupo Municipal do PS concordava e entendia a posição do MSU, que não deixaram de colocar algumas questões mas que existia uma que considerava bastante importante que se relacionava com o facto da organização dos partidos lhes dar determinados direitos conferindo-lhes também obrigações, nomeadamente a nível fiscal.-- -----

----- O Deputado referiu que para um Movimento Independente poder ter situações idênticas a determinados níveis teria, no mínimo, de se constituir como associação e isso garantir uma certa estabilidade ao longo do tempo. Estando isso salvaguardado, o Partido Socialista não via qualquer inconveniente, e considerava que a cidadania nacional só teria a ganhar com a alteração da Legislação a esse nível. -----

----- Para terminar, o Deputado referiu que o voto do Grupo Municipal do PS seria favorável.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Tiago Aragão** que cumprimentou todos os presentes e disse que se tinha debatido inicialmente relativamente a esta matéria de que faria sentido na lógica da democracia, do envolvimento de maiores alternativas e de tentar envolver pessoas que não se reviam nos Partidos Políticos. No entanto, disse que não se poderia comparar o que era diferente aplicando-se as mesmas regras e o número difícil de se obter para um Movimento de Cidadãos era ainda mais difícil de se obter para se constituir como um Partido Político.-----

----- Salientou que o acesso aos Fundos pré-eleitorais era muito difícil de poder ser atribuído a um Movimento de Cidadãos que não tinha sequer número de pessoa coletiva e que se juntavam em torno de um objetivo comum das eleições mas que no dia seguinte já poderia ter outro objetivo e ser dissolvido noutra prática, ao contrário do que sucedia com os partidos Políticos, fazendo sentido que o co-financiamento fosse feito *à posteriori* consoante os resultados obtidos. -----

----- O Deputado disse que a sua Bancada não se revia na Moção apresentada com o intuito de dar as

Ata nº35 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

regalias a quem não queria ter responsabilidades inerentes porque o ser Partido Político era ser a figura jurídica em Portugal para representar coletivamente os cidadãos. Se a intenção era ser-se reconhecido como um Partido Político, a questão seria assumir-se e preencher os requisitos como tal. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado José Guerra** que cumprimentou todos os presentes e disse que o BE defendia a ideia da existência de uma maior facilidade dos Movimentos Sociais e cívicos em concorrer às Eleições Autárquicas. Referiu que a forma como o documento havia sido apresentado não descrevia as tais “obrigações” nem deveres que deveria ter um Movimento Associativo candidato a umas eleições. Referiu a necessidade de exigência de algum dinheiro e algumas isenções à Comissão Nacional de Eleições para a prática de uma campanha eleitoral e que o pedido de assinaturas correspondia a um número bastante elevado para os concelhos abrangidos e que mesmo com esses acessos, não haveria um controle devido à inexistência de órgãos eleitos que mantivessem durante 4 anos a exigência do dinheiro recebido, uma vez que já se assistiu, em plenas eleições autárquicas, pessoas do próprio partido que haviam “desviado” dinheiro de contas. Referiu que a possibilidade de controlo seria maior sobre um Partido Político do que sobre um Movimento e que essa gestão teria de ser discutida entre juristas e elementos da Assembleia da República relacionados com esta matéria. -----

----- Foi cedida a palavra à **Deputada Ana Paula Gato** que disse que este documento se tratava de uma Moção e que seria positivo que todos refletissem relativamente ao número de “tiros que dão no pé” enquanto Partidos. Disse que se em Portugal a representação política era obrigatoriamente representada pelos Partidos, então essa representação estava muito em baixo de forma a julgar pelo aumento da abstenção cada vez maior nas eleições. -----

----- A Deputada salientou que seria importante que votos favoráveis nestas matérias ajudariam a uma outra perceção dos próprios partidos pelas populações. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que cumprimentou todos os presentes e disse que aquando da discussão desta matéria na última Assembleia, este documento tratava-se de uma Moção e não de uma Proposta-de-Lei, e que não estavam apenas a ser exigidos direitos e solicitou que fosse feita uma análise à desigualdade no tratamento das obrigações e direitos por quem tivesse a devida competência para tal, apresentando uma proposta que posteriormente seria votada na Assembleia da República. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que nesta Moção eram exigidos direitos iguais aos Partidos e obrigações diferentes, razão pelo qual o voto do Grupo Municipal do PSD votaria contra a mesma. -----

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Submetida à votação a **Moção** atrás transcrita, foi rejeitada por maioria com **14 votos contra (13 CDU + 1 PSD/CDS-PP)**, **8 votos a favor (6 PS + 2 MSU)**, e **1 abstenção do BE**, a **Moção subordinada ao título: “Pela igualdade de meios entre partidos políticos e movimentos independentes no processo eleitoral autárquico; pela alteração da Lei Eleitoral Autárquica.”**-----

----- A Presidente da AMS prosseguiu os trabalhos com a apresentação da seguinte Recomendação apresentada pelo Grupo Político do Partido Social Democrata com o título **“Iluminação pública da Quinta do Conde”**:-----

----- *“A freguesia da Quinta do Conde aquando da mudança de horário de Verão para Inverno vive sempre um problema de iluminação pública.*-----

----- *Não obstante as diversas reclamações dos moradores das diversas artérias desta freguesia junto da Câmara Municipal de Sesimbra o problema continua.*-----

----- *A referida iluminação é apagada neste período de Inverno entre as 6h30 e as 7 horas da manhã.*

----- *Atendendo que nesse período ainda é de noite, origina uma insegurança aos quinta condenses que a essa hora começam a deslocar-se para os seus trabalhos.*-----

----- *Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, atenta aos problemas dos munícipes daquela freguesia, recomenda à Câmara Municipal de Sesimbra intervenção junto da entidade competente para que esta situação seja revista com caráter de urgente.”*-----

----- Interveio o **Vereador Sérgio Marcelino** que confirmou a existência de alguns problemas relacionados com a iluminação pública durante o período do Inverno, nomeadamente quando esta se desligava. Referiu que esta situação não ocorria apenas na freguesia da Quinta do Conde mas que se estendia a todo o Concelho de Sesimbra.-----

----- Referiu que em 2010 a CMS havia implementado uma medida de eficiência energética com a implementação de relógios astronómicos mas que não desligavam sempre à mesma hora, pois estes relógios tinham a informação do nascer e pôr-do-sol, tendo a CMS a possibilidade de solicitar que a iluminação acendesse ou apagasse mais tarde, o que acontecia.-----

----- Disse que há cerca de um mês tinha sido feito um pedido para parametrizar os relógios, prevendo que esta situação iria suceder e que a iluminação iria apagar-se apenas quando o sol nascesse. Disse que a poupança seria apenas de 20 minutos, o que não se justificava tendo em conta todo o desconforto e insegurança causados nos munícipes. Referiu que durante o período da tarde, existia um período diferencial de 30 minutos e que este problema não se colocava.-----

----- Salientou que esta situação já deveria estar resolvida e que iria ser tratado com caráter de

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

urgência e disse ainda ter ficado surpreendido com esta situação pois em alguns pontos do Concelho, a iluminação pública se mantinha por mais tempo do que noutros o que levava a crer que os serviços da EDP parametrizaram apenas alguns relógios.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse ter ficado satisfeito com a intervenção do Vereador Sérgio Marcelino e acrescentou o facto de a situação ser simples e ter demorado 3 anos a ser resolvida, pois se fosse complicada, teria demorado não um, mas dois mandatos a resolver. O Deputado apelou ao Vereador que tomasse as devidas providências.-----

----- Não havendo mais intervenções e após votação, a **Recomendação à Câmara Municipal de Sesimbra com o título “Iluminação pública da Quinta do Conde”, foi aprovada por maioria, com 10 votos a favor (6 PS + 1 PSD/CDS-PP + 2 MSU + 1 BE) e 13 abstenções da CDU.**-----

----- Foi dado início ao último documento do PAOD, a **Moção com o título “Pela construção de Escola Secundária na Quinta do Conde” que a seguir se transcreve:**-----

----- *“É reconhecido por todos os intervenientes no processo educativo dos jovens da freguesia da Quinta do Conde, que a rede escolar nesta freguesia não foi acompanhada pela construção de equipamentos escolares para responder as necessidades desta população, nomeadamente ao nível do ensino secundário.*-----

----- *A população da Quinta do Conde conhecedora deste facto fez chegar a Assembleia da Republica uma petição com mais de cinco mil assinaturas, que originou a sua discussão em plenário do referido órgão legislativo, e que por unanimidade deu origem a Resolução da Assembleia da Republica nº 52/2016, de 12 de Fevereiro de 2016, em que se “ recomenda ao governo que dê prioridade a construção de uma escola secundária na Quinta do Peru, freguesia da Quinta do Conde.”*-----

----- *A não inclusão em orçamento de estado para o ano de 2017, por parte do atual governo de nenhuma referência relativa a este equipamento tão essencial para o concelho de Sesimbra é contrária ao preconizado pela Assembleia da Republica em 12 de Fevereiro de 2016 quando aprovou a resolução nº 52/2016.*-----

----- *Perante esta realidade a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 20 de Fevereiro de 2017 delibera:*-----

----- *1. Reafirmar o seu apoio á população da Quinta do Conde, na sua justa reivindicação para a construção da escola secundária na Quinta do Peru;*-----

----- *2. Reafirmar junto do Ministério da Educação da necessidade da construção da escola secundária na Quinta do Conde, de forma a colmatar esta necessidade no concelho de Sesimbra;*3. *Solicitar reunião*

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

ao Ministro da Educação. -----

----- *Dar conhecimento a: Ministro da Educação; Presidente da Assembleia da República; Comissão parlamentar de educação e ciência da Assembleia da República; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Juntas e Assembleias de freguesia do concelho de Sesimbra; Camara Municipal de Sesimbra; Diretores de Agrupamentos de Escola do concelho de Sesimbra; Associações de Pais e Encarregados de Educação do concelho de Sesimbra; Associações de Estudantes do concelho de Sesimbra; Comunicação social regional e local.* -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** que disse que se tratava do 12º documento apresentado nesta Assembleia Municipal a referir a necessidade da construção de uma Escola Secundária na Quinta do Conde e que mostrava a coerência da CMS na defesa dos interesses da população da Quinta do Conde e não só porque na opinião do Grupo Municipal da CDU, a necessidade da construção desta escola não seria a resolução apenas da população jovem da Quinta do Conde mas também os problemas da população do Concelho de Sesimbra porque não só a Escola Michel Giacometti se encontrava num estado degradado como também a Escola Secundária de Sampaio estava em sobrelotação. Referiu que a Escola Secundária de Sampaio esteve incluída na 3ª fase do Parque Escolar e também não havia sido intervencionada.-----

----- Relativamente à Escola Secundária da Quinta do Conde, nomeadamente na Quinta do Peru, disse que houvera uma fase de projeto no Parque Escolar e até à data nada ainda tinha sido feito.-----

----- Salientou que no dia 26 de janeiro, a população da Quinta do Conde levaria a cabo uma luta justa e correta, que no entender da CDU deveria continuar com o apoio de todos os munícipes do Concelho.--

----- Disse ainda ter sido estranho que após um abaixo-assinado levado a cabo pela população da Quinta do Conde e entregue na Assembleia da República, dando azo a que tivesse sido gerada uma resolução-projeto nomeadamente o 52/2016 de 12 de fevereiro, ainda nada constasse em Orçamento de Estado, e que nem tão pouco tivesse sido feita referência a algum estudo da necessidade da construção da Escola.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que após ter lido a Moção, entendera que a construção da Escola estaria para breve mas de facto, tal como o Coordenador da Comissão Sociocultural, Cidadania e Segurança dos Cidadãos, o Deputado Rui João Rodrigues dissera, este era o 12º documento a ser apresentado referente à construção da referida escola. Disse que faria questão de questionar a Vice-Presidente da CMS relativamente à reunião com a Secretária de Estado Adjunta e mencionou o despacho publicado no Diário da República n.º 169/2016, Série II de 02 de Setembro de

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

2016, emitido pela Presidência do Conselho de Ministros, Finanças e Educação (Governo do PSD) a autorizar a Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares a realizar a despesa relativa aos encargos decorrentes da celebração de acordos de colaboração para intervenções de requalificação e modernização das instalações das escolas do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.----

----- O Deputado foi alertado por Deputados das outras bancadas municipais que o Governo em Setembro de 2016 não era PSD e o mesmo disse que se havia enganado e que julgava ter sido do Governo PSD por ter ouvido que a construção da escola seria uma realidade. -----

----- Referiu ainda que estas intervenções de requalificação e modernização das instalações das escolas do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário não haviam incluído nenhuma escola no Concelho de Sesimbra, e disse que lhe parecia que ainda haveria muitas Moções a apresentar. O Deputado congratulou-se com a intervenção a realizar no dia 26 pela Junta de Freguesia da Quinta do Conde (cordão humano), e informou que estaria presente na mesma. -----

----- Para terminar, agradeceu a chamada de atenção, pois como tinha visto tanta distribuição de valores em tantos Concelhos, julgara que tivesse sido feito pelo Governo do PSD.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Manuel José Pereira** que disse que não se tratava de uma matéria para brincadeira nem para se dizer que tinham sido apresentados 12 documentos e que a Assembleia o faria com o apoio do Partido Socialista tantas vezes quantas fossem necessárias porque era entendido que a construção da Escola Secundária da Quinta do Conde era importante, tal como a obra de requalificação na Escola Navegador Rodrigues Soromenho, bem como todo o investimento na área da Educação.-----

----- Salientou que o Grupo Político do Partido Socialista em Sesimbra não se sentia ofendido nem melindrado com os esforços que esta Assembleia e a Câmara Municipal pudessem fazer no sentido de resolver esta situação e que não poderia compactuar com brincadeiras ou atitudes demagógicas e populistas nesta matéria.-----

----- Referiu que o Grupo Municipal do Partido Socialista votaria favoravelmente a mais este 12º esforço do Deputado Rui João e do Grupo Municipal da CDU e da continuidade da importância desta Escola e que era na Educação que estava o segredo para a resolução do desenvolvimento do País, pois a razão de todas as escolas elencadas com a necessidade de serem intervencionadas com obras, se devia ao facto de nos últimos quatro anos não terem recebido a mínima obra e que naturalmente haveria muitas obras a fazer em todo o País, competindo ao Governo ficar com o ónus de tomar as opções entendidas como as mais adequadas. -----

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Foi cedida a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Antunes** que cumprimentou todos os presentes e disse que a convocatória da iniciativa do cordão humano a desenvolver no dia 26 de janeiro se devia às Autarquias e à Comunidade Educativa, incluindo Associações de Pais e Professores. Referiu que regularmente, pelo menos uma vez por mês desde há vários anos, este conjunto de Entidades, do qual partia um conjunto de iniciativas, se reunia na Junta de Freguesia da Quinta do Conde.-----

----- Para além de apelar à participação na iniciativa de dia 26, apelou ainda ao voto favorável na presente Moção.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Miguel Ribeiro** que referiu a defesa da construção da Escola Secundária da Quinta do Conde por todas as Forças Políticas e que seria escusado avaliar o trabalho desenvolvido pelos vários Governos. Disse que deveria haver uma concentração em arranjar novas formas de luta para que esta Escola se tornasse uma realidade.-----

----- A Presidente da AMS aproveitou o momento para informar que havia sido recebido na Assembleia Municipal o convite para a participação neste cordão humano, que já tinha sido enviado a todos os Deputados, conforme havia sido expresso no mesmo convite por parte do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde.-----

----- Submetida à votação, a Assembleia Municipal **aprovou por unanimidade a Moção com o título “Pela construção de Escola Secundária na Quinta do Conde”**.-----

----- O **Deputado Nelson Pólvora** prestou, em nome do Grupo Municipal do PS, a seguinte Declaração de Voto:-----

----- *“A qualidade do ensino e o bem-estar dos jovens do nosso Concelho, são e serão sempre uma preocupação do Partido Socialista de Sesimbra.*-----

----- *Todos temos conhecimento das necessidades existentes no nosso Concelho a nível do Parque Escolar, nomeadamente a construção da nova Escola Secundária da Quinta do Conde e a requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, situações estas que têm sido alvo de várias diligências por parte dos diversos órgãos autárquicos bem como por parte das várias forças políticas do concelho, junto das autoridades competentes, Governo, nomeadamente nos respetivos serviços do Ministério da Educação, e Assembleia da República.*-----

----- *No entanto, não podemos deixar de referir que em política “não vale tudo” e que não iremos adotar posições que só visem a promoção partidária em vez das reais necessidades Educativas do Concelho!”*-----

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Encerrado este Período, a Presidente da AMS agradeceu aos Deputados a compreensão e participação demonstrada para que o PAOD tivesse sido cumprido em 1 hora.-----

----- Foi dado início ao “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS**”, mas não houve qualquer intervenção.-----

----- Prosseguindo os trabalhos, a **Presidente da AMS** declarou aberta a Ordem de Trabalhos iniciando com o ponto **6. “Apreciação da Atividade Municipal”**.-----

----- Foi cedida a palavra à **Vice-Presidente da CMS** que disse que para manter a dinâmica a ocorrer nesta Assembleia, se reservaria para as perguntas colocadas pelas várias bancadas municipais.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Alain Monteiro** que solicitou à Vice-Presidente que fizesse um balanço do *Réveillon* bem como o ponto de situação dos preparativos para o Carnaval.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** que em relação ao documento da Câmara, questionou a Vice-Presidente se os Vereadores do Partido Socialista tinham sido convidados para a reunião de trabalho da Vereação referente ao PDM, uma vez que não tinham recebido qualquer convocatória. Referiu que no dia 21 de outubro a Senhora Vice-Presidente teria tido uma reunião com potenciais investidores das *Villas de Sesimbra* e solicitou alguma informação, bem como sobre a reunião realizada no dia 2 de novembro com uma firma de decoradores, cujo nome estava errado no documento e seria importante a sua alteração, sobre o *Sesimbra Shell*.-----

----- Pediu ainda informações relativamente à reunião realizada no dia 18 de novembro sobre a Sede dos TST no Caminho Branco pois era visível a desativação do espaço. Referiu ainda a presença de investidores franceses na Azoia, pois havia informação que não estava minimamente desenvolvida de modo a que as dúvidas ficassem esclarecidas sobre o que estava a ser realizado.-----

----- Fez uma pequena nota referente ao lapso do Departamento de Administração e Finanças sobre a questão da informação financeira que costumava ser dada relativamente ao período entre 1 de janeiro e 30 de setembro.-----

----- Solicitou uma referência à informação de que o Governo iria repor um pouco a questão das Finanças Locais e devolver aos municípios o que era seu, supondo, em juros de mora e outras situações de IMI e IMT. Disse que também já tinha informação de que a CMS iria receber 1 milhão de euros e congratular-se por tal e saber a opinião da Câmara relativamente a essa questão.-----

----- Relativamente ao pedido dos Serviços de Ação Social para entrega de cobertores, perguntou se esta iniciativa estava a correr positivamente, bem como a situação da gripe e o avolumar de filas nos Centros de Saúde e nos hospitais.-----

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que disse que na sequência da Recomendação feita referente à demolição das casas desembargadas após a Azoia, tivera oportunidade de passar por uma agência imobiliária onde estava indicada a venda de um terreno de 50 hectares na Azoia, tendo o próprio feito recolha fotográfica do documento que suportava a venda e que incluía a zona onde se encontravam as referidas casas. Disse que no momento da questão da Recomendação a Vice-Presidente dissera que não seria oportuno porque existiam negociações com o antigo proprietário e que poderiam vir a ser dificultadas.-----

----- O Deputado referiu que ao ser verdade a realização desta venda, seria mais fácil notificar o atual proprietário para a promoção dessa demolição. Ainda em relação à intervenção do Deputado Manuel José Pereira, questionou se a reunião realizada com os investidores franceses relativamente ao investimento para um empreendimento turístico para a Azoia estaria relacionado com esta venda. -----

----- Perguntou se havia alguma perspetiva de melhoria referente à questão dos transportes no Concelho.-----

----- Questionou o Vereador Sérgio Marcelino em relação às reuniões realizadas sobre a melhoria dos passeios e segurança na Azoia, situação que julgava não estar pendente da aprovação de qualquer orçamento e que o compromisso assumido na altura era a sua concretização até ao final do ano de 2016.

----- Para terminar, questionou o Vereador Américo Gegaloto sobre o ponto de situação do Projeto “Botão de Emergência” e no caso de estar concretizado, qual o seu resultado em termos práticos. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que começou por questionar a Vice-Presidente em relação ao terreno cedido pela CMS ao Ministério da Justiça, se iria ser pedido o seu retorno, tendo em consideração que o novo Tribunal não tinha sido construído.-----

----- O Deputado fez referência à tolerância de ponto, uma vez que houvera serviços em que o seu desempenho não corra bem, nomeadamente nos cemitérios, já que a mesma visava a garantia dos serviços mínimos. -----

----- Perguntou se existia alguma ata da reunião realizada entre a Vice-Presidente e a Secretária de Estado Adjunta da Educação e caso não existisse, se poderia informar os Deputados do que se passara na mesma e qual a posição da Senhora Secretária de Estado.-----

----- Solicitou, frisando que o Grupo Municipal do PSD já o havia feito por escrito, se aquando da realização da reunião Comissão Sociocultural, Cidadania e Segurança dos Cidadãos, a Vice-Presidente poderia dar algumas informações sobre a nova Escola e Jardim-de-Infância do Conde 2. -----

----- Disse que tendo em consideração a construção do novo Centro de Saúde na Freguesia de

Ata nº35 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

Santiago, solicitou o ponto de situação do Projeto. -----

----- Em relação à realização de uma reunião no dia 14 de Setembro entre a Vice-Presidente e o Vereador Sérgio Marcelino com a Comissão da Feira Festa, perguntou se iria haver alguma alteração. ----

----- Referiu ainda a realização de uma reunião com a *Green Wood* relativamente à Mata de Sesimbra no dia 3 de outubro e solicitou informação sobre esta matéria. -----

----- O Deputado alertou para a questão do lixo nos *moloks* junto à Fortaleza de Sesimbra, questão sobre a qual tivera oportunidade de falar com o Vereador Sérgio Marcelino e explicou que uma vez que se sentia chocado com o facto de haver locais no Concelho onde a recolha do lixo não estava ser efetuada, razão que foi explicada na devida altura, mais chocado ficava com o desrespeito de em pleno Verão, as pessoas depositarem o lixo no exterior dos *moloks*, ou seja, os mesmos encontram-se vazios e os funcionários da Autarquia têm de apanhar o lixo do chão, tratando-se de uma situação com necessidade de ser revista. Referiu a existência de um Regulamento com um ponto que defendia o ambiente e que não permitia que os comerciantes depositassem o lixo a certas horas e que quando os *moloks* estivessem cheios, teriam de regressar com o mesmo para os seus estabelecimentos. Disse ser necessário a Câmara tomar medidas mas que não poderia ser responsabilizada pela falta de educação e civismo das pessoas. Salientou a importância para uma intervenção relativamente a esta questão de forma a não continuar a repetir-se a mesma situação todos os Verões, pois todo o dinheiro que a CMS investia para o embelezamento da Vila tinha como resposta a falta de respeito e merecia uma repudia da parte da AMS mas também a chamada de atenção da Autarquia para que tal não continuasse a acontecer. -----

----- Fez ainda referência à rotunda ao cimo da Avenida de Negreiros, recentemente construída, convidando o Vereador a contornar a mesma sem a pisar. Referiu que na sua opinião, a rotunda estava mal construída, pois as suas medidas não faziam qualquer sentido. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse que relativamente à Escola Navegador Rodrigues Soromenho o Deputado Lobo da Silva já tinha colocado as questões que o mesmo pretendia fazer e questionou o ponto de situação do Centro de Saúde de Sesimbra, uma vez que a AMS havia sido informada que muito em breve seria assinado um Protocolo com a Câmara Municipal e as obras ainda não se tinham iniciado. Perguntou ainda em que ponto se encontrava a questão das negociações do Cabo Espichel. -----

----- Disse que a bancada da CDU gostaria de saber qual o teor da Declaração de Voto do Vereador Francisco Luís em relação às GOPS do ano de 2017, uma vez que a mesma ainda não tinha chegado à

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Assembleia Municipal, e que o conhecimento da sua abstenção tinha sido recebido com espanto por parte da bancada. Questionou o Vereador se, certamente com tempos e Pelouros atribuídos, ao abster-se do orçamento da CMS para o ano de 2017, não estaria também a abster-se do seu trabalho. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Tiago Aragão** que questionou o ponto da situação da pavimentação das estradas, bem como do Parque da Maçã, nomeadamente se estavam a ser tidos em conta os recursos adequados a crianças muito pequenas, que muitas vezes não eram contempladas neste tipo de Projetos. -----

----- O Deputado questionou ainda a situação das condições dos edifícios degradados junto à rotunda de Santana, que em nada valorizavam a entrada no Concelho e que se mantinham naquelas condições há várias décadas. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que disse não ter questionado a Vice-Presidente em relação à construção do Hospital do Seixal, nomeadamente se haveria alguma evolução. -

----- Em relação à questão colocada pelo Deputado Rui João, sobre a Declaração de Voto do Vereador Francisco Luís, disse que o Vereador não se abstinha de trabalhar e que o PSD funcionava em cooperação e a questão era que a Declaração estava feita mas uma vez que o Deputado estivera doente, não tinha sido possível estar com o Vereador para participar na elaboração final da mesma, razão pela qual ainda não tinha sido entregue. -----

----- Interveio a **Vice-Presidente** para prestar os esclarecimentos às questões colocadas pelos Deputados e disse que posteriormente pediria a colaboração do Vereador Sérgio Marcelino e da Vereadora Claudia Mata para poderem dar algum esclarecimento adicional. -----

----- Começou por esclarecer que o balanço do *Reveillon* segundo a perspetiva da CMS tinha sido altamente positivo, que as condições climatéricas tinham proporcionado a presença de muitas pessoas em Sesimbra de forma a usufruir das ofertas da Autarquia em termos de diversão de rua e espectáculo pirotécnico e também de todos os privados que trabalharam para que esta noite continuasse a ser uma referência e merecesse um cartaz de atração turística como tinha vindo a acontecer nos últimos anos. O retorno da informação recebida pela Autarquia quer pela hotelaria quer pela restauração e bares tinha sido de que tinham faturado bastante bem. -----

----- Relativamente aos preparativos para o Carnaval, a Vice-Presidente disse que já se tinham realizado as reuniões com as escolas de samba e que inclusivamente o Programa de Carnaval já tinha sido definido e que a programação seria a habitual com os desfiles dos estabelecimentos escolares, com as Cegadas, e que estava a ser preparado com a Junta de Freguesia da Quinta do Conde um Desfile

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Trapalhão à semelhança de anos anteriores com a intenção que esse desfile tivesse uma dimensão cada vez maior e pudesse só por si fazer a afirmação deste evento na freguesia da Quinta do Conde. Salientou que estavam definidas todas as condições para que o Carnaval de Sesimbra fosse um momento de vinda de muitos visitantes de forma a ser um ponto positivo para a vida económica do Concelho.-----

----- Em relação à reunião de trabalho do PDM, disse que se tinha tratado de uma reunião preparatória solicitada pela própria à equipa do PDM para tomar conhecimento do ponto da situação pois tratava-se de uma matéria que durante os 11 anos do atual Executivo havia sido tutelada pelo Senhor Presidente até à data da situação da sua debilidade em termos de saúde, e uma vez que atualmente teria de ser a própria a responder perante a AMS e provavelmente em outros fóruns, fez questão de se aperceber dos motivos de alguns atrasos, já explicados pelos técnicos nas reuniões de Comissão da Assembleia Municipal. Salientou que fora uma reunião apenas para se informar e não para tomar decisões em relação às estratégias das linhas orientadoras do novo PDM. Disse que tinha sido esse o motivo da não convocação dos Vereadores do PS e do PSD, tendo-se tratado apenas de uma reunião interna.-----

----- Relativamente às *Villas de Sesimbra*, a Vice-Presidente confirmou ter estado reunida com a Administração da Caixa Geral de Depósitos e com um grupo de investidores e na altura em que esta Atividade Municipal fora reportada, tinha sido apenas para manifestar a intenção da compra do empreendimento. A CMS foi informada que os investidores e a CGD tinham chegado a acordo relativamente ao valor e caso o negócio se concretizasse, as obras teriam início em abril e abrir eventualmente, pelo menos uma parte, ainda antes do final deste ano. Para além de dar conta dessa intenção, o objetivo da reunião fora também perceber da parte Técnica da Câmara as necessidades em termos de licenciamentos e processos de obras a desenvolver por parte da CMS. Informou que na semana passada recebera a informação de que o negócio havia sido concretizado com esse mesmo Grupo sediado em Hong Kong, com responsáveis chineses. -----

----- Em relação ao *Sesimbra Shell* disse que já tinha reunido com dois Grupos distintos e que ambos tinham manifestado a intenção de vir a adquirir este empreendimento. Nos dois casos colocaram a questão em relação ao silo automóvel, colocando o ênfase de que o negócio teria de ser realizado na globalidade e que para a parte do estacionamento ficar como estacionamento público não seria vantajoso para o seu investidor, tornando-se um senão na intenção de concretização da sua aquisição. Foi questionado à CMS se parte daquele estacionamento poderia ser vendido como fracções e não ficar todo afeto ao estacionamento público. Da parte da Câmara foi reiterada a intenção de todos aqueles lugares

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

ficarem afetos a estacionamento público. A Vice-Presidente informou que ainda esta semana estivera reunida com um terceiro Grupo (Grupo Turim) que também manifestou a intenção de adquirir o Edifício *Sesimbra Shell* e respetivo silo automóvel sem ter colocado qualquer constrangimento ao número de lugares de estacionamento. A informação disponível era de que existiam três Promotores interessados que neste momento estavam em negociações com a Entidade Bancária proprietária daquele espaço para a sua aquisição. -----

----- Sobre a reunião dos TST, disse que estivera relacionada com a definição de algumas carreiras referentes à rede de transportes escolares com o reajuste necessário nos horários, um procedimento recorrente sempre que a CMS era alertada de que os horários não estavam a ser cumpridos da melhor forma. Esta reunião serviu para a definição de pontualidade de algumas carreiras e também a alteração de alguns percursos. Houve ainda outras reuniões preparatórias com os TST, em que numa delas a Empresa Operadora abordara a CMS para o contributo dos serviços técnicos da Autarquia em apoiar a realização de uma planificação diferente daquela da existente no Concelho de Sesimbra, considerando a existência de paragens onde não havia utentes levando à necessidade de refazer alguns percursos. -----

----- Em relação á presença de investidores franceses na Azoia, a Vice-Presidente disse que já tinha sido inquirida na AMS por esse Projeto e que neste momento tem dois Grupos Promotores Franceses que em ambos os casos apresentaram à CMS a possibilidade de desenvolver um Projeto turístico, tendo o mais recente apresentado um Eco-Projeto, aproveitando muita da parte em que não é possível a construção, dedicando essa zona à exploração agrícola, eventualmente ao nível da pastorícia, um conceito moderno que cada vez tem mais adesão de pessoas que aproveitam para desenvolver esse tipo de atividades diferenciadoras das atividades rotineiras e normais de quem ia de férias. Os turistas ficariam albergados em *bungalows* no espaço onde a sua instalação era permitida através da autorização quer do PDM quer do Parque Natural da Arrábida, com construções ligeiras em madeira. A Autarquia considerou o Projeto interessante e a Vice-Presidente disse desconhecer se algum dos Grupos teria concretizado a aquisição do terreno. -----

----- Relativamente à questão da informação financeira colocada pelo Deputado Manuel José Pereira, a Vice-Presidente disse que se informaria junto do Vereador José Polido e dos serviços para que a próxima informação apresentada à Assembleia fosse apresentada tal como era requerida e disse ainda que a requisição dos juros de mora já tinha sido recebida antes do final do ano e que tinha sido de 970.000€ e que embora pecasse por tardia, essa reposição era mais que justa, pois correspondia à devolução de dinheiro municipal, tendo assim sido feita justiça. -----

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Em relação ao terreno do Tribunal disse que os Deputados teriam a informação de que a Senhora Ministra da Justiça, aquando questionada na Assembleia da República em relação à construção do Tribunal, teria respondido que estava à espera que a CMS avançasse com a cedência do terreno para a planificação da construção. Uma vez que essa situação não era correspondente à verdade, uma vez que o terreno já tinha sido cedido, foi enviado um ofício à Senhora Ministra a relembrar essa mesma cedência. A Vice-Presidente informou que neste momento a CMS aguardava resposta ao ofício enviado com a informação da data para o início do Projeto de construção do novo Tribunal de Sesimbra.-----

----- Relativamente à questão da tolerância de ponto, a Vice-Presidente recebera a informação da existência de problemas relacionadas com a incapacidade física do funcionário destacado para estar de serviço nesse dia, tendo ainda assim a situação sido resolvida.-----

----- Em relação ao Projeto da Escola e Jardim-de-Infância do Conde 2, a Vice-Presidente disse que teria todo o prazer em estar presente numa reunião de Comissão da Assembleia Municipal e apresentar este Projeto. A informação disponível de momento era que haveria 6 salas de 1º Ciclo, 2 salas de Jardim-de-Infância, 1 Auditório autónomo ao funcionamento da Escola, ou seja, durante o ano letivo serviria para a realização das atividades extracurriculares e que após as 17.30h, aos fins-de-semana e pausas letivas ficaria à disposição da população. Haveria ainda um campo de jogos resultante da negociação estabelecida entre a Câmara Municipal e o Grupo Desportivo e Cultural do Conde 2 em que seria usado o mesmo conceito de utilização do Auditório.-----

----- Sobre a Feira Festa disse que se tinham realizado 2 reuniões com a Comissão de Festas da Feira Festa e que embora o assunto estivesse longe de ser finalizado, o pretendido em ambas as reuniões fora sensibilizar a Comissão de Festas para a necessidade de fazer não apenas uma programação diferente em termos de ocupação de palco mas também dar uma outra dinâmica àquele certame. A realização destas reuniões iria continuar e da parte da Comissão de Festas foi dito que seria necessário um maior investimento por parte da Autarquia para que em termos de Programação fosse possível a contratação de Grupos com melhor nome pois não se tratava apenas de uma questão monetária mas também de envolvimento do Movimento Associativo e valores locais de forma a haver mais qualidade sem uma aumento muito grande da fatia municipal colocada para a realização da Feira Festa.-----

----- Relativamente à reunião com a *Green Wood*, esteve relacionada com os areeiros, pois alguns já tinham as suas licenças de exploração caducadas e o apresentado pela *Green Wood*, seria a prorrogação da licença de exploração por mais 1 ou 2 anos uma vez que o processo da Mata de Sesimbra estava atrasado. Da parte da CMS a resposta foi negativa, uma vez que a Autarquia não considerara ser benéfica

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

a continuação dessa exploração e que quando se desse início às obras em questão em relação à Mata de Sesimbra, o objetivo seria a consolidação de todo aquele espaço e que a exploração estivesse finalizada.

----- Em relação aos edifícios degradados em Santana, referiu que não era o pretendido para uma das entradas na Vila mas a realidade é que se tratava de edifícios privados e dificilmente a Câmara poderia ter uma intervenção em termos de requalificação, demolição, restauração ou qualquer outra solução.---

----- Sobre a situação do Cabo Espichel a Vice-Presidente disse que as informações que tinha não acrescentariam muito mais às informações que já tinham sido prestadas na AMS e que a última informação enviada pelo Turismo de Portugal através de um ofício era de que o despacho que permitiria fazer o acordo com a Câmara no sentido da aquisição da Ala Norte e o compromisso de restauração da Ala Sul estava à espera de ser assinado pelo Senhor Secretário de Estado. -----

----- Referiu que as negociações com a Igreja estavam finalizadas, e que faltava apenas a formalização em papel e que neste momento continuava a aguardar-se uma resposta da Secretaria de Estado ou da Direção Geral de Património, que tinha vindo a ser o interlocutor da CMS. -----

----- Informou que a CMS tinha sido contactada para a colocação do Cabo Espichel na Plataforma REVIVE, uma Plataforma do Governo, situação com a qual a Autarquia concordara, uma vez que esta daria a possibilidade a Promotores interessados de poderem ter um financiamento na ordem dos 150 milhões de euros. A intenção será o uso dessa Plataforma para divulgação do Cabo Espichel para quando surgirem interessados e a cessão for concretizada, a CMS já ser a proprietária de forma a negociar o caderno de encargos com o eventual Promotor que possa aparecer para a concessão a realizar por um período de 35 anos. -----

----- Relativamente à reunião com a Senhora Secretária de Estado Adjunta da Educação na qual a Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra também estivera presente, bem como a Chefe de Divisão, disse que ainda existiam algumas dúvidas em relação à construção da Escola Secundária da Quinta do Conde pois teria de se esgotar a possibilidade das Escolas Secundárias adjacentes ao território da Freguesia da Quinta do Conde deixarem de poder receber mais alunos e para a Senhora Secretária de Estado não era pacífico nem líquido que a Escola Secundária fosse a urgência considerada por todos e desta forma a sua construção ficaria dependente da avaliação que estava a ser realizada pelo Ministério da Educação. Foi requerido e já enviado pela CMS, um estudo realizado pelo sector da Educação referente ao número de alunos que estava a sair da freguesia e que ao número que se perspetivava vir a sair nos próximos anos de forma a ser mais um elemento para poder dotar o Ministério da Educação de condições de avaliação da necessidade da construção da Escola Secundária. A Vice-Presidente informou

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

que remeteria o referido documento à Assembleia Municipal para conhecimento dos Deputados. -----

----- Em relação às obras de requalificação e ampliação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho, a Senhora Secretária de Estado referiu que se tratava de uma prioridade para o momento, tendo em consideração as atuais condições das instalações, sem segurança alguma, pavilhões com fibrocimento partido, aulas a funcionar literalmente nos corredores e no refeitório e o ginásio situa-se por cima da biblioteca não sendo possível aos alunos estudar naquele espaço devido ao ruído das atividades desportivas, significando que esta escola não obedece aos mínimos critérios de segurança exigidos. -----

----- Foi proposto pela Senhora Secretária de Estado que a CMS, à semelhança do que tinha sido feito com o Centro de Saúde, pudesse fazer um Protocolo para ser a dona da obra. Na altura foi comunicado que existia uma verba de cerca de 3,5 milhões de euros que o Ministério da Educação poderia afetar do Orçamento de Estado para esta intervenção e solicitou à Autarquia para até meados de janeiro apresentar uma estimativa de custos para saber se esse valor seria suficiente para a obra. Essa estimativa já estava a ser feita com a elaboração de um Projeto intervenção pois trata-se de duas obras: a de ampliação e a de requalificação do edifício antigo. A CMS foi contactada pelo assessor da Senhora Secretária de Estado e informada de que a próxima reunião só poderia ser agendada daqui por duas semanas e também que a verba passaria a ser de apenas 3 milhões de euros e que se este valor não fosse aceite, não se realizaria qualquer obra.-----

----- A estimativa feita pela CMS para toda a obra, incluindo novas salas de aula, espaço desportivo, zonas de laboratórios e salas de multideficiência, o valor dos 3,5 milhões de euros seria à tangente, sendo óbvio que menos meio milhão tornará a obra complicada. Se a obra tiver um custo superior a 3 milhões, terá de ser a autarquia a suportar a diferença ou não haverá escola. -----

----- Esta concertação de valores e de responsabilidade, sem falar dos Projetos que foram suportados pela Autarquia e que foram bastante caros, sendo já uma fatia suportada pelo Orçamento Municipal e se tiver de se arcar com alguma verba para a conclusão da escola, torna a questão mais complicada. -----

----- A Vice-Presidente garantiu que da parte do Executivo Municipal havia todo o interesse e vontade da requalificação da escola. Na próxima reunião com a Senhora Secretária de Estado, iria ser feita uma tentativa para que o orçamento ultrapassasse um pouco o valor dos 3 milhões de euros de forma a evitar que a CMS tenha de suportar uma parte que não é da sua responsabilidade. -----

----- Foi cedida a palavra à **Vereadora Claudia Mata** que relativamente ao ponto da situação do Centro de Saúde, disse que os Projetos de especialidade estavam a ser elaborados pelos respetivos Técnicos e submetidos a apreciação técnica da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT).

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Disse que neste momento havia alguma dificuldade em obter esclarecimentos no âmbito da rede de águas e esgotos e que esta semana a própria teria remetido um *mail* ao interlocutor, para diligenciar para que esses esclarecimentos fossem rapidamente prestados aos Técnicos da CMS.-----

----- Em relação aos casos de gripe, a Vereadora disse que tinha entrado em contacto com as Unidades de Saúde de Sesimbra das três Freguesias e com exceção da USSF do Castelo, nenhuma outra Unidade teve a necessidade de pôr em prática o plano direccionado para esta questão uma vez que conseguiram sempre dar resposta a todos os casos tendo, inclusivamente, havido um aumento do número de pessoas vacinadas para a gripe e que apenas a Unidade do Castelo alargara o período de doença aguda das 8h às 20h quando funcionava apenas a partir das 14h.-----

----- Relativamente ao Hospital Seixal/Sesimbra, disse que não tinha mais informações desde a reunião na qual tinham estado presentes o Senhor Presidente da CMS e a Senhora Presidente da Assembleia Municipal mas tinha conhecimento da existência de um valor inscrito no Orçamento de Estado de 2017 para a construção deste Hospital.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Vereador Sérgio Marcelino** que disse que enviaria para a Assembleia Municipal a mensagem enviada para os TST na qual a CMS solicitara a resolução de alguns problemas, nomeadamente a sazonalidade, pois os TST tinham os mesmos horários de carreiras quer no Inverno como no Verão e não fazia qualquer sentido a última carreira de Sesimbra para a Quinta do conde, Azeitão e Setúbal ser às 19h, considerado quase como um recolher obrigatório da praia, não fazendo qualquer sentido. Referiu a necessidade do reforço das duas ligações diárias entre Sesimbra e a Quinta do Conde bem como o facto de não haver ligação entre a Quinta do Conde e a Lagoa de Albufeira e a Lagoa de Albufeira e outras localidades. Disse que deveria existir uma diferenciação entre o período de Verão e de Inverno.-----

----- Relativamente à colocação das bandas sonoras na Azoia, disse que eram para ter sido colocadas até ao final do ano de 2016 mas que devido a um problema com o orçamento, não fora possível adjudicar a obra. Disse que muito em breve, logo que possível, após solicitação feita pelos munícipes e assim entendido pela Autarquia, se realizaria a pintura das bandas sonoras de forma a definir a aproximação de passeadeira. Referiu que estava a ser estudada a possibilidade, ainda antes da execução do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) ser entregue em maio, avançar com uma obra de ligação de saneamento nomeadamente da zona da escola até à estação elevatória, o que permitiria a construção de alguns passeios. Disse que o levantamento topográfico para a execução deste Projeto estava concluído mas que ainda não havia condições para o mostrar.-----

Ata nº35 – Mandato 2013-2017





## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Em relação à rotunda da Avenida de Negreiros, disse que o único queixoso que conhecia era o Deputado Lobo da Silva. O Vereador disse que passava naquela rotunda várias vezes e que o próprio autocarro dos TST também passava no local, mesmo que não a contornasse, e o objetivo da sua criação foi para evitar acidentes.-----

----- Sobre o plano de pavimentações 2016/2017 na Freguesia do Castelo, disse que não tinha sido possível o lançamento de nenhuma obra no ano de 2016 devido ao facto de se estar a aguardar o empréstimo, depois ter havido o problema da cabimentação e do próprio orçamento e que todas as empreitadas divulgadas na edição do “Sesimbra Município” seriam lançadas em 2017. Referiu que neste momento havia duas empreitadas para adjudicação num total de cinco que por sua vez passaram a ser seis e que os Projetos estavam todos concluídos para que as obras pudessem ser lançadas. Na Freguesia de Santiago iria avançar-se com a pavimentação da Rua Varandas para o Mar e Avenida dos Combatentes. Na Freguesia da Quinta do Conde estava a pavimentar-se a parte central da Avenida de Negreiros e também a Avenida Norton de Matos.-----

----- Relativamente à situação dos *moloks*, carece, de facto, da intervenção da Câmara em termos de reforço de fiscalização. A CMS no orçamento para 2017 previu a contratação de mais fiscais de forma a haver uma maior fiscalização relativamente aos comerciantes pois os autores de tal situação eram eles mesmos que não só arrastam os sacos como também não conseguem abrir as tampas dos *moloks* acabando estes por ficar vazios tendo os funcionários da Autarquia de apanhar tudo o que se encontra em redor dos mesmos.-----

----- Em relação ao Parque da Maçã, disse que neste momento já era agradável passar por lá pois estavam a ser feitos os esforços para que o parque tomasse alguma forma. Iria iniciar-se a fase de implementação das redes de iluminação pública, o saneamento e redes de água estava concluída e iriam ser criados três espaços, dois deles com toda a certeza: um espaço em termos desportivos e o parque infantil, preparado para receber crianças com deficiência. As acessibilidades serão tidas em atenção e serão colocados fraldários nas casas de banho. Foi ainda equacionada a hipótese de ser colocado um parque radical, uma das promessas eleitorais do Programa da CMS. Disse que ser tentado que aquando da abertura do Parque, situado na Rua D. Manuel Martins fossem criadas condições de estacionamento pois o que se encontrava no local era apenas um terreiro, havendo a necessidade de ter de se cortar alguns dos pinheiros existentes. Referiu que a outra fase do estacionamento seria realizada em 2018.----

----- O Vereador informou que enviaria o Projeto do parque da Maçã para a Assembleia Municipal na Segunda-feira.-----

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Tomou do uso da palavra o **Vereador Américo Gegaloto** que cumprimentou todos os presentes e disse que o Projeto “Botão de Emergência” seria concretizado no ano de 2017. Informou que em 2016 tinha sido realizado um conjunto de reuniões com as diversas entidades de socorro, segurança e emergência quer a nível distrital quer a nível local e no passado dia 14 de dezembro, tinha sido apresentado um esboço em *PowerPoint* com uma simulação da própria aplicação no âmbito do Conselho Municipal de Segurança. Procurou-se apresentar o Projeto às diversas Entidades e em seguida recolher alguns contributos de críticas e sugestões de melhoria. O que estava a ser feito nesta fase era procurar incorporar essas mesmas sugestões na simulação, reunir com mais algumas Entidades com as quais ainda seria necessário e que durante o ano de 2017 este Projeto se tornaria uma realidade. Informou que em tempo oportuno, seria dado conhecimento aos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** que relativamente à resposta do Deputado Lobo da Silva em relação à sua observação sobre as funções do Vereador Francisco Luís, frisou que não tinha dito que o mesmo não se abstinha de trabalhar mas que achava estranho o sentido de voto do PSD acerca das GOPS para o ano de 2017, tendo em atenção que o Vereador tinha Pelouro e tempo atribuído, mas que era compreensível, pois uma vez que se estava em ano de eleições, o Vereador deveria querer distanciar-se do excelente trabalho desenvolvido pela CDU. -

----- Relativamente à intervenção da Vice-Presidente em relação às obras de requalificação da Escola Navegador Rodrigues Soromenho e a construção da Escola Secundária da Quinta do Conde, tratava-se de situações preocupantes e lembrou que em tempos, a Assembleia Municipal havia votado um documento contra a municipalização quer da educação quer dos serviços de saúde, entre outros e que a sensação era de que o Ministério da Educação estava a tentar municipalizar estas questões numa tentativa encapotada para a Autarquia. -----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado Lobo da Silva** que solicitou mais um pedido de esclarecimento à Vice-Presidente da CMS relativamente ao que havia sido dito pela Secretária de Estado Adjunta em relação a ter 3,5 milhões de euros para facultar à Autarquia para as obras de requalificação da Escola e que posteriormente, quando a Vice-presidente falou com um assessor, havia sido dito que só existiam 3 milhões de euros e que seria “pegar ou largar”. Fica-se sem perceber se quem manda é a Secretária de estado ou o seu assessor. Seria necessário este esclarecimento pois trata-se de uma quantia de meio milhão de euros. -----

----- Interveio o **Deputado Alain Monteiro** que reforçou a solicitação do colega de bancada Fernando Patrício relativamente à Declaração Política apresentada pelo Grupo Municipal do PSD na Sessão

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

Ordinária realizada no dia 30 de Setembro, que continua a ser aguardada para conhecimento. O Deputado disse não considerar ser lapso da Assembleia Municipal mas que continuava a aguardar o envio da mesma.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado José Guerra** que disse que no dia anterior tinha assistido a uma entrevista ao Senhor Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, sobre as verbas para os hospitais em construção a partir deste ano e que o mesmo tinha referido que o Hospital do Seixal seria um Pólo do hospital Garcia de Horta.-----

----- A Presidente da AMS confirmou que a Declaração Política do PSD tinha sido pedida pelo Deputado Fernando Patrício tendo sido depois solicitada ao Deputado Lobo da Silva mas que até ao momento, a Assembleia não tinha esse documento em seu poder e que assim que o tivesse, o faria chegar a todas as Bancadas Municipais.-----

----- Tomou do uso da palavra a **Vice-Presidente da CMS** que disse que em relação à vaga de frio e ao Plano em desenvolvimento pelo Município, tal como em anos anteriores, estava identificado um número de municípios mais fragilizados, o que não quisesse dizer que não houvesse mais mas que os referenciados eram apenas 3 ou 4. A maior parte deles encontra-se na Lagoa de Albufeira, uma das zonas mais críticas, tendo-se realizado uma campanha de angariação de cobertores e agasalhos que também foi desenvolvida junto de algumas Entidades com a realização de alguns cartazes elaborados pelo Gabinete de Informação da CMS. Estes bens foram entregues nas instalações dos Bombeiros Voluntários da Quinta do Conde e de Sesimbra e em pouco devido ao horário alargado para entrega e todos os agasalhos recolhidos se esgotaram. Ao nível da alimentação, bebidas e refeições quentes, fora acordado com as IPSO seu fornecimento às pessoas referenciadas e que mesmo as que não o estivessem poderiam dirigir-se aos serviços da Casa do Povo, no CASCUZ, Centro Comunitário da Quinta do Conde, no Abas, entre outros.-----

----- Para terminar, disse que na única reunião realizada com a Senhora Secretário de Estado Adjunta da Educação, havia sido dito que seria feito um esforço por parte do Ministério da Educação, do orçamento do ano de 2017 para o país inteiro e que segundo a mesma, rondaria os 10 milhões de euros dos quais iria tentar afetar 3,5 milhões para a Escola, tendo agora a Autarquia sido confrontada com uma diminuição de meio milhão. Está fora de questão a CMS negar os 3 milhões de euros mas o que terá de ser feito será o emagrecimento do Projeto, que já estava a ser trabalhado nesse sentido para que o financiamento da Câmara não fosse muito maior que os 3 milhões. Relembrou que o Centro de Saúde também não ficar pelo mesmo valor protocolado com o Ministério da Saúde que tinha sido de cerca de

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

900.000€ e pelas estimativas da Autarquia teria um acréscimo de mais 200.000€ ou 300.000€, valor que teria de ser afetado do Orçamento Municipal de forma a que o Centro de Saúde viesse a ser uma realidade.-----

----- A Presidente da AMS deu o ponto da “Apreciação da Atividade Municipal” por encerrado e informou que da sua parte houvera toda a disponibilidade e tal como acontecera na última reunião com a Senhora Secretária de Estado, fizera questão de lhe entregar pessoal e formalmente alguns dos documentos deliberados por esta Assembleia e que neste caso concreto seria portadora da deliberação da decisão hoje tomada relativamente à questão da construção da Escola Secundária da Quinta do Conde. -----

----- Foi dado início ao Ponto seguinte da Ordem de Trabalhos subordinado ao tema “**Contrato de Concessão de Energia Elétrica em Baixa Tensão - Protocolo Celebrado entre o Município de Sesimbra e a EDP, Distribuição - Alteração ao Anexo**”. -----

----- **A Presidente da AMS** lembrou os Deputados que este ponto já tinha sido apreciado ao nível da Assembleia e que houvera uma situação já esclarecida pelo Vereador Sérgio Marcelino que tinha vindo a tornar-se necessária pois tratava-se de uma situação que não tinha sido prática em outros municípios, referente à deliberação da Assembleia sobre a questão do Protocolo. -----

----- Contudo, existira uma situação não de ilegalidade mas de formalidade e alguma incorreção no que dizia respeito à assinatura do Protocolo, em data anterior àquela que porventura poderia ser a deliberação da Assembleia Municipal. O Vereador contactou a AMS e informou que após diálogo com a empresa, essa situação seria possível de reparar, tendo este assunto novamente estado presente em reunião de Câmara, deliberando remeter à Assembleia Municipal para deliberação.-----

----- Tomou do uso da palavra o Vereador Sérgio Marcelino que disse que o Protocolo com a EDP já havia estado assinado. Explico que aquando da realização de uma reunião da Área Metropolitana de Lisboa, a CMS deparou-se com a situação de que todos os Municípios estavam a levar o Protocolo para deliberação da Assembleia Municipal por isso foi decidido também fazê-lo. -----

----- Uma vez que do ponto de vista jurídico e a Assembleia Municipal não ratifica algo que já foi feito, a CMS decidiu por bem anular o documento entrando em contacto com o Diretor da EDP que não colocou qualquer problema em voltar a assinar o mesmo Protocolo que é idêntico, apenas com uma data diferente. -----

----- Referiu que este anexo se tratava da introdução da tecnologia LED na iluminação pública como tecnologia padrão e tudo o que fosse feito daqui por diante em termos de novas instalações a energia

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

utilizada seria LED, o que irá acontecer na Avenida dos Combatentes com a renovação de toda a iluminação, bem como a sua instalação em todas as Augis em execução na Lagoa de Albufeira.-----

----- Foi cedida a palavra ao **Deputado João Rodrigues** que questionou se esta alteração implicaria algum custo adicional para a Autarquia ao que o Vereador respondeu que não haveria quaisquer custos adicionais. -----

----- Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a alteração do Anexo do Protocolo a celebrar entre o Município de Sesimbra e a EDP, Distribuição - Energia, S.A., já transcrito na ata aprovada em minuta da reunião da Câmara Municipal de Sesimbra de 26 de Outubro de 2016, respeitante ao Contrato de Concessão de Energia Elétrica em Baixa Tensão na área do Município de Sesimbra. -----

----- A **Presidente da AMS** deu início ao Ponto seguinte com o título: **“Concessão da exploração e gestão, em regime de concessão de serviço público, de lugares e parques de estacionamento pago na via pública da Vila de Sesimbra – modificação objetiva – reposição do equilíbrio financeiro – prorrogação do prazo de vigência”**.-----

----- Informou que esta questão também tinha sido apreciada em reunião na qual o Vereador Sérgio Marcelino tivera a oportunidade de prestar os esclarecimentos que considerara úteis às questões colocadas pelos Deputados após conversação com a respetiva empresa não tendo havido até ao momento nenhuma alteração daquilo que tinha sido a documentação inicial enviada por parte da Câmara para deliberação.-----

----- Tomou do uso da palavra o **Deputado João Rodrigues** que disse julgar que o motivo que tinha levado a que este assunto tivesse ficado pendente de votação e que o novo clausulado fosse complementado com mais alguns dados sobre a própria negociação e havia a expectativa de que existisse um documento adicional de forma a dar resposta à interpelação feita. O Deputado questionou o porquê de não ter havido nenhuma alteração posterior. -----

----- Interveio o **Vereador Sérgio Marcelino** que disse que a questão levantada relativamente a esta matéria aquando da realização da reunião das Comissões tinha sido relacionada com o funcionamento nomeadamente quando, quantos dias, como e quais os horários em que funcionaria, se bem que não eram esses pontos que iriam ser votados hoje. -----

----- Referiu que em Lisboa existiam vários elevadores deste género, que todos eram pagos, todos tinham um horário e não funcionavam 24 sobre 24 horas. Disse que este elevador seria gratuito, sob a responsabilidade da *Empark*. Iria ser alvo de uma deliberação de Câmara em que seriam definidas as suas

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

condições de funcionamento para a *Empark* executar. Poderá ser definido estar encerrado na noite do *Réveillon* ou no Carnaval por questões de segurança.-----

----- Relativamente às questões sobre a manutenção, limpeza e segurança será da total responsabilidade da *Empark*, que irá constar no contrato realizado com a CMS, informação à qual os Deputados terão acesso. -----

----- A **Presidente da AMS** referiu que a Assembleia Municipal considerara útil que após o acordo que a CMS realizasse com a empresa, no que dissesse respeito às questões de funcionamento, horário e eventuais situações particulares de encerramento ou abertura do próprio horário, a AMS fosse informada do mesmo, na medida em que se tratava não de uma questão de deliberação da Assembleia mas sim de uma questão de conhecimento desta situação em termos de funcionamento do elevador. -----

----- O **Vereador Sérgio Marcelino** disse que não só a Assembleia teria acesso como toda a população, pois a informação seria pública e divulgada quer no *site* da CMS como junto ao próprio elevador.-----

----- Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, sob proposta da Câmara Municipal, autorizar a prorrogação do prazo de vigência por 4 anos, do contrato celebrado com a *Empark II – Gestão e Exploração de Estacionamentos, S.A.*, de Concessão da Exploração e Gestão, em regime de Concessão de Serviço Público, de lugares e parques de estacionamento pago na via pública da Vila de Sesimbra. -----

----- A Presidente da AMS deu início aos dois últimos pontos com a inclusão de três Projetos da Assembleia Municipal de Sesimbra, sobre os quais não seria necessário muita pormenorização, tratando-se de mais uma edição da Assembleia Municipal de Jovens, cujo tema deste ano seria **“Direitos e Deveres pela igualdade na deficiência!”**, uma matéria importante de abordagem para os alunos, trabalho esse assumido e já em desenvolvimento pelas Escolas. A Presidente informou que os Projetos da 13ª Edição entretanto aprovados pela Assembleia Municipal estavam a ser desenvolvidos e que muito brevemente a CMS faria a respectiva atribuição da verba para que algumas das obras ou aquisições pudessem ser concretizadas para que no dia 6 de maio, dia da realização da 14ª Edição da AMJ, a decorrer na Freguesia da Quinta do Conde, fosse possível a participação na abertura deste Projetos, a decorrer pela 1ª vez sob a responsabilidade dos jovens da Assembleia Municipal de Jovens. -----

----- Aproveitou para dizer, uma vez que estava presente o Coordenador da Unidade Funcional de Comunicação e Informação, Dr. Miguel Manso, pugnar por uma divulgação que nem sempre era fácil pela comunicação social mas que a MAS considerava ter conteúdos e momentos de algum privilégio para serem referências importantes e decisivas para um apelo à comunicação social.-----

Ata nº35 – Mandato 2013-2017



## Assembleia Municipal de Sesimbra

----- Salientou tratar-se de um Projeto da AMS que deveria continuar a ter a mesma adesão por parte das Escolas, dos alunos, participação da CMS e empenho da Assembleia Municipal. -----

----- Referiu ainda que o Projeto Concurso “As cores da Cidadania” era direcionado aos alunos do 3º e 4º ano do 1º ciclo em termos da pintura e escrita. A Presidente sublinhou que seria bastante importante que houvesse uma adesão da AMS a estes Projetos pois dependiam muito diretamente do seu empenho e dinamização. -----

----- Após votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, aprovar o Projeto da 14ª assembleia municipal de jovens bem como o 10º Concurso “As cores da Cidadania”. -----

----- Foi dado início ao último ponto da Ordem de Trabalhos: **Projeto da 2ª Edição “Promoção da Cidadania entre os Jovens /JOVEM ATIVO - SABER, AGIR PARA .... INTERVIR!”**. -----

----- **A Presidente da AMS** referiu que se tratava de um Projeto mais recente e que no ano passado tinha havido algumas dificuldades em ser concretizado devido a dificuldades com a Entidade com quem tinha sido realizada a parceria mas que este ano o seu desenvolvimento com as Escolas do Ensino Secundário seria bastante positivo e que tinha características diferentes com a abordagem de temas ou de relações com convidados e também com a participação da Comissão de Líderes da Assembleia Municipal. Era esperado que este Projeto conseguisse alcançar o envolvimento e a participação que a Edição anterior tivera, sendo uma experiência a retomar e reforçar. -----

----- Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por **unanimidade**, sob proposta da Comissão de Líderes dos Grupos Municipais, aprovar o Projeto da 2ª Edição “Promoção da Cidadania entre os Jovens /JOVEM ATIVO - SABER, AGIR PARA .... INTERVIR!”. -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado o **“Período da Ordem de Trabalhos”**, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. -----

----- Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram vinte e três horas e trinta minutos do dia 20 de janeiro de 2017. -----

----- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. -----

Ata nº35 – Mandato 2013-2017